

Intelectuais em crise: uma reflexão sobre a representação do intelectual em *Um quarto de légua em quadro*, de Luiz Antônio de Assis Brasil

Prof^a. Ms. Mariana Moreira Fernandes Barata¹ (UFMG)

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo discutir, de forma sucinta, como se dá a representação do intelectual na obra Um quarto de légua em quadro, de Luiz Antônio de Assis Brasil. Para tanto, nos deteremos sobre a configuração do intelectual enquanto tal e sobre os seus dilemas. Dessa forma, à luz da teoria culturalista, esperamos contribuir para o debate atual sobre a relevância do intelectual na sociedade, procurando, a partir da leitura da obra de Assis Brasil, discutir como aí se constrói essa figura. Será nosso intento demonstrar como a personagem Gaspar de Fróis, em um cenário do século XVIII, vivencia os impasses dos intelectuais da década de 1970, especialmente no Brasil. Esse posicionamento anacrônico nos levará a defender a hipótese de que, na obra em questão, há uma reflexão alegórica sobre a condição dos intelectuais.

Palavras-chave: Intelectuais, anos 1970, Assis Brasil.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir a representação do intelectual na obra *Um quarto de légua em quadro*, de Luiz Antônio de Assis Brasil. Nossa finalidade será analisar as possibilidades desse romance que, para além de seu caráter histórico e regional, habilita uma reflexão, através do discurso alegórico, sobre os percalços dos intelectuais na contemporaneidade, em especial na década de 1970 do século XX.

A figura do intelectual, o questionamento de sua função e a reflexão sobre sua importância vêm adquirindo destaque dentro do debate contemporâneo. During (1999, p.22-23) elege essa temática como um dos assuntos que merecem a atenção dos Estudos Culturais na atualidade em virtude do agenciamento profissional do intelectual e do redimensionamento dos grupos sociais. Cury (2008, p.12), por sua vez, sublinha o deslocamento e as limitações impostas pelas transformações culturais e pelo processo de globalização como fatores preponderantes para se repensar o lugar do intelectual. Tais abordagens, entre muitas outras, são exemplos de como o tema ocupa a frente da cena contemporânea. A discussão sobre o papel do intelectual, sobre suas possibilidades e estratégias de intervenção no espaço público atual assumiu posição importante na agenda cultural contemporânea de que são provas as inúmeras publicações sobre a temática nos últimos anos.

A obra *Um quarto de légua em quadro*, por esse prisma, adquire nova significação. O romance, publicado pela primeira vez em 1976, tem como tema central a imigração dos açorianos para o sul do Brasil nos anos 1752 e 1753. Escrito na forma de um diário, é narrado em primeira pessoa pela personagem Gaspar de Fróis. Além do narrador, existem ainda um editor ficcional de 1780, que publica o diário, e outro intermediário, o Frei Faustino Antônio de Santo Alberto, que supostamente teria entregue os diários do médico para o editor ficcional. Estabelece-se, assim, um complexo jogo autoral.

O narrador da obra, traumatizado pela morte de sua esposa Ana, decide embarcar para o Brasil a fim de começar uma nova vida. Trazendo em seu baú muitos livros e poucas roupas, o

médico inicia seu diário já em alto-mar, contando as condições subumanas da viagem. Devido a seu cargo, já de início, foi separado dos colonos, posição que é mantida após a chegada ao Brasil. No novo continente, Gaspar de Fróis presencia o descumprimento das medidas determinadas no Edital Régio: nenhuma terra é entregue aos açorianos e estes são lançados à própria sorte, sem recursos para uma vida digna, tendo de enfrentar condições adversas na terra para a qual emigraram. Mesmo assim, novas levadas de açorianos continuam chegando ao atual estado de Santa Catarina, o que faz com que algumas famílias se desloquem para o Rio Grande do Sul, movimento que é acompanhado pela personagem principal.

Neste local, Gaspar de Fróis vive uma relação amorosa com Dona Maria das Graças, casada com Tenente Covas, enquanto o militar é destacado para uma missão. Desse relacionamento extraconjugal ocorre uma gravidez, que não é bem sucedida. Contudo, D. Maria das Graças encerra sua ligação com o narrador, o que lhe gera um transtorno. Decidido a esquecê-la, ele parte com um destacamento para o Porto de Dorneles, onde as últimas páginas de seu diário são escritas, já envoltas por certas ausências e confusões.

Na obra em questão, a personagem Gaspar de Fróis merecerá destaque em nossas análises. Já de início, fica demarcado, para o leitor, que ele ocupa um espaço diferenciado no romance, seja por sua preponderância discursiva como o autor do diário em que os acontecimentos são narrados, seja por seu destaque social frente aos outros colonos. Aos poucos, no entanto, fica latente que ele assume o posicionamento de um intelectual. Primeiramente, é atribuída ao personagem uma erudição representada por seu baú de livros, como se Gaspar de Fróis estivesse respaldado por uma tradição de cultura. Veja-se que o interlocutor do qual se aproxima é um fidalgo, o que acaba por conferir ao próprio narrador “um toque de nobreza” extensivo à cultura letrada:

Lembrei de meu baú, abarrotado de livros. Ofereci-me para emprestar algum...se quisesse, naturalmente.

- Ora, se quero! Podemos ver agora? – A custo procurava controlar-se.

Logo já estávamos, à luz de uma vela, remexendo no baú. O fidalgo pegava um volume, abria-o, com um riso de contentamento. Fechava, para abrir outro. A longa mão acariciava as lombadas, com amor, com requintes de ternura. Admirava a encadernação, depois as ilustrações e não conseguia reprimir um ‘isto sim!’, de alegria.

Quando pensei que ia escolher algum, jogou-se pesadamente no catre. Mirava o baú, recheado de cultura e de ideias. (ASSIS BRASIL, 1976, p.22)

Posteriormente, é evidenciada sua visão crítica sobre a realidade que o cerca, o que denuncia um processo reflexivo que extrapola a mera observação dos fatos. Tal observação termina por deixar-se permear por questionamentos sobre a forma como é conduzido o processo de assentamento de um grupo de açorianos que veio para o Brasil, ainda na época da colônia, para povoar espaços territoriais no sul do país. Essa característica acaba singularizando o narrador perante si mesmo, cobrando-se posicionamentos frente os colonos e os donos do poder. Dessa forma, Gaspar de Fróis projeta em si mesmo a atuação na esfera pública pela qual Bobbio (1997) define a prática intelectual, ou seja, “a transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundos, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.” (BOBBIO, 1997, p. 11).

As especificidades do papel de intelectual provocam, entretanto, em Gaspar de Fróis, um deslocamento, num ambiente marcado pelo fenômeno da imigração. Nascido do estranhamento, que interliga as esferas política e pessoal (BHABHA, 2007, p. 30), o discurso da personagem revela, principalmente, a ambiguidade da posição do intelectual frente a uma sociedade visivelmente dividida entre uma população desvalida e uma elite composta principalmente por militares. Em seu diário, ora registra sua simpatia e solidariedade com os desfavorecidos no processo de assentamento, ora destaca a

distância que o separa dos oprimidos, fundamentada nos privilégios que a consciência crítica e o conhecimento lhe conferiram.

Visivelmente, Assis Brasil traz à tona uma problemática de um grupo social, mesmo que ela se dê em torno das limitações de atuação do intelectual. Trabalhar com esse assunto dentro dos Estudos Culturais é bastante relevante. Ainda que tal linha de reflexão contemporânea relativize o conceito de classe social, colocando-o em diálogo com outras realidades e dimensões sociais, ela não o despreza como elemento a compor as identidades híbridas de indivíduos e grupos das sociedades contemporâneas. Segundo Hall,

não se trata necessariamente de um materialismo vulgar afirmar que, embora não possamos atribuir as ideias à posição de classe em certas combinações fixas, as ideias *surgem* das condições materiais nas quais os grupos e as classes sociais existem e *podem refleti-las*. Nesse sentido – ou seja, historicamente – pode haver certos *alinhamentos tendenciais*. (HALL, 2008, p. 270).

A personagem Gaspar de Fróis, situada num entre-lugar que a impossibilita de exibir um pertencimento social exclusivo, articula assim, literariamente, os impasses e sustentáculos que regem o papel e a inserção dos intelectuais em sociedade. O desconforto dessa situação já é condição intrínseca dos intelectuais na sociedade globalizada como o foi na década de 1970, período da elaboração de *Um quarto de légua em quadro*. É necessário registrar, nesse sentido, que o contexto brasileiro, marcado pela ditadura militar, culmina por evidenciar a fragilidade da concepção moderna sobre a função dos intelectuais. Dessa forma, podemos analisar o romance mesmo que tendo sua ação se desenrolando num tempo muito distanciado, como promotor de um debate sobre os desafios que o período ditatorial brasileiro das décadas de 1960 e 1970 impunha aos intelectuais. Por meio da personagem Gaspar de Fróis, há, efetivamente, uma reflexão sobre se o intelectual nos anos 1970 poderia ainda abranger a representação de uma coletividade, da qual exercesse a função de porta-voz. A contradição de sua conduta ética o faz, ao mesmo tempo, assumir um posicionamento crítico que o impede de compactuar com os projetos políticos da elite nacional e com as arbitrariedades do governo militar. Assim, o intelectual se vê num impasse diante da esfera pública, indagando-se como atuar e que estratégias conceber para manifestar-se e ser fiel aos seus ideais.

2 O dilema dos intelectuais

Em *Um quarto de légua em quadro*, a personagem/narrador Gaspar de Fróis é apresentada como um médico que se aventura a sair dos Açores para tentar a vida no Brasil. Embora exerça sua profissão desde o navio, durante a viagem para o Brasil, a apresentação da personagem principal não se constrói somente fundamentada em seu trabalho com os doentes e feridos; ao contrário, percebemos, diversas vezes, que extrapola os limites de sua competência profissional, refletindo e atuando diretamente nas questões da migração e assentamento açorianos:

O assunto chamou-me à realidade. Realidade bem maior do que a minha. A realidade de centenas de homens e mulheres que estavam barbaramente sendo vítimas de planos traçados no papel. Culpei-me por estar dando tanta importância ao meu caso que, bem ou mal terminado, em nada influirá na História. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 77).

Esse posicionamento, acrescido de seu relacionamento com as atividades de leitura e de escrita, nos aponta que Gaspar de Fróis assume, dentro do romance, a postura de um intelectual, figura controversa marcada por dilemas originários de sua localização social. Para compreendermos, então, as contradições vivenciadas pela personagem, antes se faz mister entendermos quem são e qual é a função social assumida pelos intelectuais.

A tentativa de se definir quem é o intelectual e qual é seu papel em sociedade vem motivando, particularmente no século XX, inúmeros trabalhos sobre o tema, embora a discussão nunca efetivamente tenha se completado em virtude da divergência de abordagens e da complexidade desses atores sociais, sem falar da mudança que os homens de cultura vêm sofrendo através dos tempos e em diferentes contextos. Essa problemática ainda é mais aguçada pois, como comenta Bobbio (1997, p. 8), cabe aos próprios intelectuais a tarefa de se autoexplicarem e de se autodefinirem, o que ocasionaria uma “curiosa duplicação da personalidade”, inibindo certamente uma mais aguda objetividade crítica no tratamento do assunto.

A primeira dificuldade encontrada pelos críticos é, sem dúvida, a impossibilidade de se delimitar o intelectual baseando-se somente na natureza de seu trabalho profissional. A intelectualidade, evidentemente, não se restringe a apenas uma categoria profissional, o que leva Leclerc a defender que “o intelectual parece fazer parte daquelas categorias sociais problemáticas que não são nem classe, nem profissões.” (LECLERC, 2004, p. 10). Como postula esse teórico, (2004, p. 64), falta-nos uma distinção eficaz entre a atividade intelectual e a atividade dos intelectuais, o que invalidaria esse critério de definição tomado como exclusivo.

Portanto, nessa tentativa de se definir quem são os intelectuais, inexoravelmente devemos nos remeter às funções que tais figuras assumem em sociedade (BOBBIO, 1997, p. 114), sem perder de vista o momento de surgimento desse grupo e as condições sociais que motivaram seu afloramento. Embora não seja um consenso, a maioria dos críticos entende que os intelectuais são um fenômeno moderno e que o seu nascimento simbólico tenha ocorrido com o caso Dreyfus (1894). Chauí (2006, p. 19), retomando Boaventura Santos, defende que os intelectuais teriam sido formados pelo princípio moderno da emancipação que fomentaria a afirmação e a independência das artes, da ciência e do direito. Dessa forma, o intelectual teria como condição base o seu descomprometimento com as instituições, notadamente o Estado, a Igreja e a Universidade, o que permitiria sua emancipação crítica. Essa postura também é compartilhada por Silva (2004, p. 39), que condiciona o surgimento dos intelectuais e de sua atuação eminentemente crítica à sedimentação e à independência do campo cultural, posicionamento somente possível já no século XIX. A esse respeito, Leclerc (2004, p. 31) entende que o *status* moderno do campo cultural só foi alcançado devido à secularização da sociedade e ao surgimento das ideologias¹, realidade na qual os antigos clérigos e letrados teriam sido substituídos pelos intelectuais:

Os clérigos encarnam uma dependência comum em relação à tradição (...); aqui se afirma sem rodeios a legitimidade da censura institucional e da autocensura. Os *intelectuais*, ao contrário, representam a ausência de referência a uma transcendência religiosa (revelação, textos sagrados) e o triunfo do *espírito crítico*, da *liberdade individual* de pensar e publicar: a deslegitimação absoluta de toda forma de censura. (LECLERC, 2004, p. 112).

Assim, podemos compreender que os intelectuais estão, desde seu nascimento, vinculados ao campo político numa postura independente e crítica, baseando-se sobretudo em valores e direitos

¹ Segundo Leclerc (2004), as ideologias seriam “os vastos e poderosos sistemas de ideias, as „grandes narrativas“ que, ao menos em alguns grupos tornados „agnósticos“, parecem ter sucedido às religiões: construções intelectuais globais que se apresentam como racionais.” (LECLERC, 2004, p. 32).

universais para intervir na esfera pública. Essas características fundamentais dos intelectuais vão singularizá-los diante do restante do corpo social mas, igualmente, provocar contradições e questionamentos acerca de sua função. Deve realmente o intelectual opinar em assuntos que não são de sua alçada? Quais são os valores universais que ele defende? De que forma ele pode atuar em sociedade e qual é a legitimidade de sua opinião?

Sartre (1994), considerado por muitos o último intelectual moderno, argumenta em favor do alinhamento dos intelectuais com os marginalizados. Para esse filósofo (1994, p. 23), os intelectuais seriam membros da pequena-burguesia recrutados pelas classes hegemônicas para tornarem-se técnicos do saber prático, ou seja, especialistas do conhecimento científico encarregados de solidificar a ideologia dominante. Os intelectuais, entretanto, ao invés de organicamente sedimentar a supremacia social de um grupo através de seu saber, reconheceriam que possuem uma prerrogativa social injusta: sua instrução lhes dá uma distinção social porque é um privilégio de poucos. Nesse sentido, movidos pelo pensamento crítico e universalista que a formação lhes fornece, os intelectuais, contrários a essa perspectiva excludente, transcenderiam a condição de técnicos de saber prático para atuar ao lado dos desprestigiados:

Em outras palavras, a natureza de sua contradição [origem burguesa e saber universalizante] obriga-o a se engajar em todos os conflitos de nosso tempo porque todos são – conflitos de classe, de nação ou de raças – efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante e porque em cada um deles ele está, o oprimido consciente de sê-lo, ao lado dos oprimidos. (SARTRE, 1994, p. 40).

Também Lévy (1987) defende a interferência do intelectual nos problemas da cidade, ressaltando a importância do debate e da figura dos homens de cultura nesse cenário. Entretanto, ao enunciar seu ponto de vista, o crítico francês aponta para uma primeira contradição inerente à atividade intelectual. Exercendo sua influência no espaço público e tendo seu papel condicionado a essa audiência, o intelectual, paradoxalmente, é marcado pelo isolamento: “*L’intellectuel, enfin, est un homme seul. Un homme que parle, pense, opine seul. Mais c’est quelqu’un qui, comme on sait, n’a jamais pour autant hésité à mondializer son opinion*”² (LÉVY, 1987, p. 60).

Por sua vez, Sartre (1994) justifica esse despertamento do intelectual levando em conta sua origem social e sua postura política em favor dos desfavorecidos. Para o filósofo francês, o intelectual, ao recusar ser apenas um técnico de saber prático a serviço da ideologia dominante, transcenderia sua classe; em contrapartida, a divergência de origem social e de saber também não permitiria uma plena identificação com os oprimidos. Nem mesmo na classe média haveria lugar para o intelectual, pois seria singular a tomada de consciência que o conhecimento provoca:

Digamos que ele se caracteriza por não ter mandato de ninguém e por não ter recebido seu estatuto de nenhuma autoridade. É, enquanto tal, não o produto de uma decisão – como são os médicos, os professores, etc. enquanto agentes do poder –, mas o monstruoso produto de sociedades monstruosas. Ninguém o reivindica, ninguém o reconhece (nem o Estado, nem a elite-poder, nem os grupos de pressão, nem os aparelhos das classes exploradas, nem as massas); pode-se ser sensível ao que ele diz, mas não a sua existência. (SARTRE, 1994, p. 32-33).

² “O intelectual, enfim, é um homem solitário. Um homem fala, pensa, opina sozinho. Mas é alguém que, como sabemos, nunca hesitou em mundializar a sua opinião.” (Tradução nossa)

Como vimos, o intelectual é um ator social de difícil definição por se colocar, no mais das vezes, no limiar das experiências: oriundo das classes hegemônicas, opta por ombrear com os desfavorecidos; detentor de um prestígio cultural, imbuí-se da tarefa de adentrar o cenário público por motivos políticos; defensor dos valores universais, choca-se com a vida concreta. Sua existência, fruto das condições históricas de sociedades fraturadas, fundamenta-se nessas contradições, acarretando, para o intelectual, sempre a sensação de desconforto. Tal sentimento, no século XX, irá se agravar, sobretudo pela mudança de paradigmas observada nesse período. Esse dilema, anacronicamente, é vivido pela personagem Gaspar de Fróis. Ao invés de portar-se como um letrado, como esperado dentro da temporalidade da narrativa, o século XVIII, a personagem vivencia os problemas de um intelectual em crise no século XX.

As atitudes do médico expressam a ambiguidade do lugar ocupado pelo intelectual. Muitas vezes, ele rejeita a posição social diferenciada que lhe é conferida, reclamando para si uma posição sem distinções frente aos outros colonos: “Sempre ‘o fidalgo’! Que não se pode mais andar como um homem?” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 185). Veja-se como se expressa, claramente, a ideia de que o intelectual é um ser distinto dos homens, ou seja, tira-lhe a condição humana, nega-lhe quase o direito de ser tratado como homem comum e de misturar-se como tal à coletividade de que almeja ser parte. O ‘fidalgo’ tem seu isolamento acentuado pelo uso das aspas e pela origem etimológica da palavra que remete a “filho de algo”, ou seja, alguém com uma ascendência diferenciada daquela do comum dos mortais. A personagem recusa, com a exclamação, o “diferencial” que lhe querem impor por nascimento e por formação, almejando quase o anonimato. Entretanto, contraditoriamente, às vezes, a personagem marca sua separação da massa trabalhadora, defendendo, na prática, as distintas funções que essas duas classes deveriam desempenhar:

Achara as botas.

- Aqui, bem no meu nariz! Bom, mas com tantos livros pôr cima! O que tem esses livros escritos dentro? – Revirava os volumes.
- Coisas de médico, livros de romance, estórias.
- Ah! Deve ser bom a gente saber ler! Nesse navio só tem quatro que sabem.
- Mas, me calças as botas, que se esfria a comida. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 10).

A personagem, impossibilitada de exibir um pertencimento social exclusivo, único, simboliza, assim, os impasses que regem o papel e a inserção dos intelectuais na sociedade do século XX. Tal condição marginal do intelectual fica patente no isolamento experienciado pelo médico com relação à sociedade que o cerca. Num primeiro momento, com sua relação com D. Maria das Graças, a personagem se desvencilha de seu não pertencimento existencial, encontrando nessa mulher um par:

Surpreendi-me de meu espírito, tão falho nessa terra. Talvez por encontrar-me frente a uma pessoa mais educada, veio-me tudo de volta: universidade, as rodas literárias, as convivências com os colegas. D. Maria das Graças, notei logo, é muito mais rápida de espírito que o marido. Deve estar aborrecida neste mato. Quando me dei conta, já íamos conversando animadamente, em direção à casinhola onde havia festa. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 35).

Entretanto, com a frustração desse enlace amoroso no decorrer da obra, Gaspar de Fróis fica permanentemente entranhado em seu sentimento de exclusão de qualquer pertencimento social. A dicotomia de sua inserção como intelectual, ora afirmando sua posição social privilegiada, ora colocando-se a serviço dos marginalizados, por vezes, atinge graus extremos, rompendo qualquer possibilidade de conciliação. No trecho selecionado, o narrador enuncia seu caráter destoante:

“Apenas um sentimento impreciso, de que sempre alguma coisa não estará certa: se não sou eu, é o mundo. Se me desfaço, se me atomizo, o mundo e os homens que passeiam nele deverão, seguramente, ir num bom destino. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 166).

A contundência da postura de Gaspar de Fróis é aprofundada no decorrer do romance. Primeiramente, a personagem, devido ao seu despertamento, abdica de uma possível intervenção na esfera pública e de um posicionamento crítico mais contundente. Edward Said (2005, p. 16) vê postura semelhante como a mudança do papel de intelectual para o de testemunha. Nesse ponto, a defesa dos valores morais, característica da função intelectual, cederia lugar para o sentimento de paralisia e impotência, restando ao intelectual apenas relatar, de alguma maneira, o que presenciou. O discurso, assim, parece ser o último refúgio do intelectual desprovido de seu papel de atuação efetiva no espaço social. Ao fim da obra, contudo, a situação se torna insustentável. O ápice de sua exclusão social, então, ocorre com a suspeita de loucura, com seu desaparecimento e com a ruptura brusca de seu diário, haja vista que a escrita já não consegue dar unidade a um ser identitariamente esfacelado. Já no início da obra, o leitor é levado a suspeitar do narrador, uma vez que o editor ficcional questiona a coerência do relato da personagem: “*Conservamos a maneira estranha de escrever que usava o infortunado cirurgiam, embora muytas vezes sem entender direito o que queria dizer.*” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 189).

Gaspar de Fróis deseja experimentar mas acaba por inviabilizar a saída moderna para o intelectual estabelecida por Sartre (1994, p. 42) e Said (2005, p. 35-36), ou seja, o alinhamento com as classes desprestigiadas. O primeiro aponta como solução para o despertamento existencial do intelectual a aliança com os que lutam contra o falso universalismo burguês e propõem, em troca, a justiça para a maioria. A acolhida da luta dos desfavorecidos representaria o fim da dicotomia do intelectual, que vive constantemente evidenciando as limitações do projeto iluminista de homem, mas que não pode negar sua origem. O segundo, de maneira similar, entende que esse tipo de lealdade dá-se em virtude da postura crítica e dos valores morais do intelectual, que deve se recusar a compactuar com as classes dominantes e, conseqüentemente, com seu sistema de exploração e principalmente assumir-se como exilado da centralidade da produção das ideias.

Podemos perceber, assim, que a personagem, dividida e dissonante, acaba por optar por seu despertamento social, refugiando-se na “lucidez corrosiva” com que Leclerc (2004, p. 21) caracteriza o comportamento extremamente questionador, descrente e permeado de incertezas do intelectual afastado de um engajamento efetivo. Essa escolha do narrador revela a falência do intelectual moderno na sociedade contemporânea. A personagem, marcada por seu isolamento, aponta para o irrealizável alinhamento da figura do intelectual com qualquer grupo na esfera social. Contudo, fica patente a pertinência da já referida caracterização do intelectual elaborada por Sartre (1994), isto é, como um monstro, pelo seu desconcerto existencial, uma vez que é a própria personagem que assim se qualifica. Gaspar de Fróis assume-se como a criatura de Victor Frankenstein, um ser híbrido, sem um pertencimento social completo e, portanto, sem condições de representar alguém do ponto de vista social, dada a sua condição. Nessa perspectiva, a validade de qualquer intervenção social em nome dos desvalidos é questionada, o que problematiza o lugar dos intelectuais e sua função no cenário do romance, questões evidentemente ligadas ao momento de escrita da obra, os anos 1970, e que podem igualmente ser trazidas para nossa contemporaneidade:

De tudo ficou a conclusão, evidente: não sou um todo monolítico. Ao contrário: dos pedaços de que sou feito por vezes escorre o cimento, desconjuntando a obra, ora pendendo-a para um lado, ora para o outro. A unidade desejada, creio que não alcançarei, por mil anos que viva. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 148).

Para Sarlo (2006, p. 165-166), os insucessos dos movimentos revolucionários do século XX

e da atuação dos intelectuais levaram a um descrédito tanto do público com relação a esse segmento, quanto dos próprios intelectuais em relação ao seu papel social. Paulatinamente, sua postura contestadora teria sido retomada pelos grupos minoritários, como o feminismo, partindo de uma visão interna e particular e desvinculada de um senso coletivo maior. Cury (2008) também sublinha a interferência, no cenário contemporâneo, das indústrias culturais e da diminuição da esfera pública. Segundo essa pesquisadora (2008, p. 23), claramente, a cultura de massa, ao propagar produtos culturais de fáceis acesso e compreensão, satisfazendo ao público, relativiza a vertente da cultura mais complexa, de iniciados, como os intelectuais. Em crise, a intelectualidade procuraria então redimensionar sua atuação, cônica de suas limitações e da impossibilidade de ser responsável pelo discurso de outrem. Entretanto, se Cury (2008) mapeia a gravidade do dilema dos intelectuais, retomando Edward Said e Jacques Derrida, também insiste na importância de sua postura independente e crítica na atualidade: “Se o intelectual contemporâneo encontra-se ele próprio em crise, se é colocado em crise por um sistema que o desvaloriza e até ignora; se ele próprio, muitas vezes, cede às injunções do mercado ou, por causa delas se vê silenciado, talvez seja a ocasião propícia para decisões.” (CURY, 2008, p. 26).

O desconforto dessa situação já é condição intrínseca dos intelectuais na sociedade globalizada, e também já era sentido nos anos 1970. É necessário registrar, nesse sentido, que o contexto brasileiro, marcado pela ditadura militar, culmina por evidenciar a fragilidade da concepção moderna da função dos intelectuais. Impedidos de uma expressão plena pelo regime de exceção, os intelectuais veem diminuída sua atuação na cena pública, nela tendo cassada sua palavra e assistindo ao desprestígio de sua influência cultural e de seu impacto mais efetivo sobre a sociedade. Dessa forma, podemos analisar o romance, mesmo que tenha sua narrativa se desenrolando no século XVIII, como promotor de um debate sobre os desafios que o período ditatorial brasileiro da década de 1970 impunha aos intelectuais. Com a construção da personagem Gaspar de Fróis, há, efetivamente, como já dissemos, uma reflexão sobre se o intelectual, a partir da década de 1970, poderia ainda representar uma coletividade da qual exercesse a função de porta-voz. A contradição de sua conduta ética o faz, ao mesmo tempo, assumir um posicionamento crítico que o impede de compactuar com os projetos políticos da elite nacional e com as arbitrariedades do governo militar. Desse modo, o intelectual se vê num impasse diante da esfera pública, indagando-se como atuar e que estratégias conceber para manifestar-se e ser fiel aos seus ideais.

Conclusão

Diante da multiplicidade de interpretações possíveis numa obra tão rica de matizes quanto *Um quarto de légua em quadro*, nosso propósito nesse trabalho foi discutir a representação do intelectual presente no romance, ampliando suas potencialidades de leitura. Nossa finalidade foi demonstrar que, muito mais do que uma releitura do passado, Assis Brasil dialoga com seu presente ao, alegoricamente, se referir sobre a condição do intelectual e suas contradições na década de 1970 no contexto ditatorial brasileiro.

Como vimos, a intelectualidade é uma categoria de difícil definição que vem sendo objeto de pesquisas e embates nem sempre convergentes, especialmente na atualidade. Contudo, consideramos os intelectuais um fenômeno moderno, nascidos do processo de secularização e da autonomia da cultura. Esses indivíduos, valendo-se de sua notoriedade no campo cultural, imiscuir-se-iam nos assuntos da cidade e, assim, atuavam politicamente com base em um outro tipo de poder, o simbólico. Dessa forma, transcenderiam a mera condição profissionalizante para defender valores tidos como universais, situação que diversas vezes os colocaram ao lado dos desfavorecidos. Para tanto, fez-se necessário que os intelectuais contassem com uma audiência na esfera pública e que mantivessem um distanciamento crítico de toda forma de comprometimento

econômico e político.

Entretanto, na contemporaneidade, a permanência do intelectual, tal como originário no século XIX, tornou-se extremamente problemática. O esfacelamento das utopias de esquerda, a relativização dos princípios universais, a crescente importância das indústrias culturais e mesmo o esclarecimento, por parte da intelectualidade, de que os marginalizados possuem consciência própria e de que prescindem de sua liderança social abalaram a função do intelectual na realidade. Divididos, os intelectuais enunciaram o desconforto de sua condição, revelando seu isolamento e as dificuldades de seu posicionamento ímpar em sociedade.

Partindo desses pressupostos, analisamos o anacronismo presente em *Um quarto de légua em quadro*. A obra, que transcorre no século XVIII, tem como personagem principal um intelectual que sente, de forma contundente, os impasses de seu despertamento social próprio dos intelectuais na atualidade e, em especial, durante a ditadura militar brasileira, momento de elaboração do romance. Nessa ocasião, os intelectuais, limitados por uma série de medidas restritivas, teriam o sentimento de impossibilidade de representação potencializado, desconstruindo seu papel de porta-voz dos excluídos. Por outro lado, as atrocidades do regime de exceção impulsionariam sua atuação pública, baseada nos princípios universais.

Nesse contexto de incertezas, a literatura, entendida como uma prática cultural que promove o adensamento das reflexões sociais, não se furtaria a problematizar os impasses da realidade. Dessa maneira, postulamos que Assis Brasil, alegoricamente, aborda os dilemas dos intelectuais através de Gaspar de Fróis, valendo-se desse recurso estilístico para questionar seu momento histórico, revivendo o passado de forma que ele interfira em seu presente.

Referências Bibliográficas

- 1] ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Um quarto de légua em quadro* – diário do doutor Gaspar de Fróis, médico. 6. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997
- 2] BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- 3] BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.
- 4] CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Aduauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- 5] CURY, Maria Zilda Ferreira. Intelectuais em cena. In: CURY, Maria Zilda Ferreira; WALTY, Ivete Lara Camargos (Org.). *Intelectuais e vida pública: migrações e mediações*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pág. 11-28.
- 6] DURING, Simon. Introduction. In: DURING, Simon (Ed.) *The cultural studies reader*. 2 ed. London, New York: Routledge, 1999, p. 1-28
- 7] HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaide de La Guardia, Ana Carolina Escoteguy, Cláudia Álvares. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2008.
- 8] LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. Tradução: Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- 9] LÉVY, Bernard-Henri. *Éloge des intellectuels*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1987.

- 10] SARLO, Beatriz. Intelectuais. In: *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura da Argentina*. Tradução: Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006
- 11] SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução: Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.
- 12] SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensa os intelectuais? In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- 13] SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

i Mariana Moreira Fernandes BARATA, Prof^a. Ms.

Mestra em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

marianabarata@yahoo.com.br